

Subsídios de outros países destroem agricultura nacional, diz Alcântara

Senador alerta que produtores de algodão enfrentam sua maior crise, trigo estrangeiro destruiu o nacional, cultura de cacau foi dizimada e arroteiros do Sul arruinados

Os produtores de algodão do País estão enfrentando sua maior crise, por causa do produto importado da China, do Paquistão e dos EUA, onde recebem subsídios que chegam a 50%, segundo alertou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele disse que também o trigo estrangeiro praticamente destruiu a produção nacional, que caiu de 6 milhões de toneladas por ano para apenas 1,2 milhão de toneladas. Alcântara apontou os subsídios dados por outros países como responsáveis pelas maiores dificuldades dos agricultores brasileiros.

- Os arroteiros do Rio Gran-



Lúcio Alcântara

de do Sul foram arruinados pela prática de uma política irresponsável de importações. A cultura do cacau foi dizimada pela falta de apoio técnico e financeiro deste 1990. Os produtores de leite de Minas, São Paulo e Paraná lutam con-

tra o *dumping* das importações da Europa e contra facilidades mal negociadas com os países do Mercosul - enumerou Lúcio Alcântara.

No caso do algodão, principalmente do Nordeste, segundo o senador, além do subsídio dado pelos países exportadores há ainda a praga do "bicudo" e problemas climáticos. No Ceará, todos esses problemas são agravados pela baixa produtividade do algodão mocó. Por tudo isso, Alcântara sugeriu que o governo federal adote uma política de subsídio ao algodão, principalmente do Nordeste.

- Um subsídio de 20% sobre o atual custo do algodão herbáceo permitiria colocar o produto na indústria da fiação com um preço competitivo com o algodão estrangeiro - disse o senador.

Alcântara lamentou que a produção algodoeira do Ceará tenha caído de 100 mil toneladas em 1980 para apenas 14 mil no ano passado. Segundo informou, o Ceará, hoje, chega a importar 90% do algodão que precisa.

A questão agropecuária foi também abordada por Mauro Miranda, Ernandes Amorim, Osmar Dias e Odacir Soares. **Páginas 6 e 7**



Marco Aurélio Mello apresenta a Sarney os resultados das eleições municipais

Voto eletrônico e eleições em debate

A adoção do voto eletrônico e os resultados das eleições municipais repercutem no plenário do Senado, onde o tema foi discutido por Pedro Simon, Romeu Tuma, Ney Suassuna, Benedita da Silva e Gilvam Borges. Ao receber ontem o presidente do

TSE, ministro Marco Aurélio Mello, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que irá lutar junto à Comissão Mista de Orçamento para que sejam alocados os recursos necessários à ampliação do voto eletrônico. **Páginas 3, 4 e 5**

NESTA EDIÇÃO

Cabral faz a defesa da Zona Franca

Página 2

Valmir pede maior atenção para a criança

O abandono da criança brasileira é consequência da perversa e escandalosa concentração de renda, ressalta Valmir Campelo ao lembrar que crianças e adolescentes deixam a escola para trabalhar. **Página 8**

Bernardo Cabral defende a Zona Franca de Manaus

Senador lê documento em que industriais protestam contra criação de taxa pela Suframa e denunciam retaliações por recorrerem à Justiça contra cobrança

Suplicy questiona operações realizadas por prefeitura

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento pedindo informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre as operações financeiras realizadas pela prefeitura de São Paulo. Suplicy quer saber se o Banco Central teria detectado a realização de operações casadas envolvendo a compra de Letras Financeiras do Tesouro Municipal, de longo prazo, e a venda de letras de curto prazo, utilizando-se de taxa de deságio igual a zero.

O senador indaga se tais operações constituem prática normal no mercado de

títulos públicos e se o BC está investigando possíveis irregularidades em negociações realizadas entre 1994 e 1995 com títulos municipais, das quais pudessem resultar prejuízos ao interesse público.



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy também registrou seu protesto contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que, em sua opinião, teria violado o princípio da liberdade de informação ao tirar a Rede Bandeirantes de Televisão do ar, no último dia 3, porque a emissora realizou, de 7h30 às 17h, inúmeras entrevistas sobre as eleições.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu ontem a transcrição nos anais do Senado de documento enviado pelo presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Cristovam Marques Pinto, ao superintendente da Suframa, Mauro Ricardo Machado Costa, protestando contra a criação de uma taxa que a Suframa pretende cobrar das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus. No documento, Marques Pinto afirma que os empresários estão sofrendo retaliações da Superintendência por estarem questionando na Justiça a legalidade da cobrança.

O presidente do Cieam denuncia que a Suframa estaria retardando atos de ofício em represália ao processo judicial e que representantes do órgão já teriam prometido reduzir os prazos dessas decisões se os empresários desistissem da



Bernardo Cabral

ação. Marques Pinto ressalta que o Centro considera não existir base legal para a cobrança da taxa imposta e afirma que os empresários só aceitarão pagá-la se a Justiça decidir por sua legalidade.

- Sem a sobrevivência da Zona Franca de Manaus - advertiu Bernardo Cabral -, o meu estado terá que fechar para balança ou então transformar-se em massa falida. Esta é a única experiência federal em isenção fiscal de importação e exportação que deu certo.

Cabral pediu que o Senado faça chegar cópia do documento ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a Amazônia é cobiçada por todas as potências mundiais, daí por que o Brasil deve preocupar-se mais em protegê-la.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

8h30 - Café da manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada

10h - Despachos internos

11h - Recebe o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe

11h30 - Recebe o embaixador da Argentina, Diego Ramiro Guelar

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 29/96, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal; *PLS nº 68/96, que denomina a Refinaria de Manaus - Reman como Refinaria Isaac Beneyon Sabbá - Riben; *PLS nº 87/96, que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; e segundo dia de discussão da *PEC nº 18/95, que trata dos custos das campanhas eleitorais.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao imposto sobre Propriedade

Territorial Rural; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 09/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial; *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de duzentos mil habitantes; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; e *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-28/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

COMISSÃO

Quinta-feira (10.10.96)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do parecer do relator, senador Romeu Tuma, às emendas apresentadas ao PDL que aprovou as contas do presidente da República relativas a 1993. Plenário II da Câmara dos Deputados

BALANÇO DAS ELEIÇÕES

Simon propõe fundo para moralizar campanhas

Proposta de emenda do senador, cuja votação foi adiada ontem, será encampada sob a forma de projeto de lei ordinária, a ser encaminhado pelo relator, Edison Lobão



Gilvam Borges

Gilvam quer debate "sério" sobre reeleição

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que a decisão sobre a reeleição para presidente, governadores e prefeitos deve levar em conta os interesses do País, que, conforme disse, estão acima de tudo. Segundo o senador, a idéia deve ser avaliada com atenção e a discussão sobre o assunto precisa ser ampliada.

Salientando que a iniciativa em torno da reeleição já deveria estar sendo debatida com prioridade, Gilvam Borges dirigiu apelo às lideranças políticas e partidárias para que se juntem e passem a discutir a questão "com maior responsabilidade e seriedade".

Gilvam Borges também sugeriu que seja estudada a possibilidade de se juntarem as eleições federais, estaduais e municipais. O senador observou que, pela legislação vigente, a cada dois anos o Brasil realiza eleições, o que, a seu ver, provoca um desgaste para as lideranças políticas e uma despesa grande para o País.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou-se amplamente favorável ao posicionamento de Gilvam Borges.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem que as campanhas eleitorais sejam custeadas, exclusivamente, por um fundo partidário a ser criado conforme proposta de emenda constitucional por ele apresentada. Segundo disse, essa seria a maneira de moralizar o sistema eleitoral e evitar os abusos do poder econômico. Simon concordou em adiar a votação dessa emenda, inscrita na agenda de ontem do Senado, para esperar a apresentação de projeto de lei no mesmo sentido que será elaborado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Designado relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, Lobão deu parecer contrário ao projeto de emenda de Simon sob o argumento de que o mesmo objetivo buscado pode ser atingido de maneira mais adequada, e mais rapidamente, através de um projeto de lei ordinária. A



Pedro Simon

principal diferença é que, sob a forma de emenda, Simon propunha a criação de um fundo nacional, com dotações fixadas no Orçamento da União. Sob a forma de lei ordinária, Lobão propôs uma ampliação dos recursos do Fundo Partidário, que já integra a Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Simon defendeu também uma redução do tempo de campanha eleitoral, para diminuir os gastos, e a realização de programas de rádio e televisão ao vivo. Quanto às alegações de que os programas seriam chatos e monótonos, ele disse que isso não é importante.

- Os programas políticos não são para ver quem tem melhor música ou imagem, como querem os marqueteiros da política - disse Simon. - Os publicitários transformam os candidatos em produtos como outros quaisquer, e com isso os sem passado têm mais chances, o que é um absurdo.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), em aparte, apoiou o caráter moralizador do projeto de Simon, mas afirmou não acreditar que ele seja aprovado. Edison Lobão, ao contrário, manifestou sua convicção de que o financiamento público será aprovado para "moralizar definitivamente o processo eleitoral". O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apertou também para dizer que o projeto colocará todos os candidatos e partidos em pé de igualdade, cobrindo o poder econômico e propiciando campanhas limpas. "É o primeiro passo para derrubar a farsa do caixa dois", disse o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Para Benedita da Silva, mulheres e petistas foram os grandes vencedores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o Partido dos Trabalhadores e as mulheres foram os grandes vencedores das eleições municipais deste ano. A senadora ressaltou que cerca de 100 mil mulheres participaram das eleições como candidatas, e destacou que muitas delas vão disputar o segundo turno nas capitais.

A senadora apresentou um balanço dos votos obtidos por seu partido em todo o País. Disse que o PT teve uma votação bastante expressiva, ficando entre os três mais votados em todas as capitais, o que, a seu ver, é um resultado altamente positivo.

Benedita da Silva lembrou que, além de já ocupar as pre-

feitas de Porto Alegre, Rio Branco, Belo Horizonte e Goiânia, o PT é a legenda com maior presença no segundo turno das eleições em outras sete capitais do País: Aracaju, Belém, Campo Grande, Florianópolis, Maceió, Natal e São Paulo.

- No Brasil inteiro, o PT tem cerca de 50 prefeitos e poderá conquistar mais de 100 - disse a senadora. - Somente em Minas Gerais, o Partido dos Trabalhadores já elegeu 34 prefeitos. Com esses resultados, o PT se fortaleceu em relação ao pleito de 1992, tornando-se um partido de âmbito nacional, que conseguiu representação em todas as regiões.

O êxito do PT é o reflexo da



Benedita da Silva

experiência administrativa que o partido vem desenvolvendo e que, conforme Benedita, "tem uma marca principal, que está fazendo escola em todo o Brasil: a participação democrática da sociedade na gestão do poder público, com fiscalização das ações do governo e com a definição de prioridades".

BALANÇO DAS ELEIÇÕES

Suassuna sugere reposicionar PMDB

Senador acredita na potencialidade do partido, mas acha necessário confrontar seu desempenho no último pleito com o novo desenho político, em que a esquerda cresceu

Ao comentar o desempenho do PMDB nas eleições municipais de 3 de outubro, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou inevitável a realização de uma reunião da executiva do partido para que sejam avaliados seus resultados, a formação do novo mapa político brasileiro e o crescimento dos partidos de esquerda.

- Urge confrontar o novo desenho político com o desempenho do PMDB. Seria ingênuo ignorar o crescimento dos partidos mais à esquerda, principalmente do PT, vitorioso em Porto Alegre pela terceira vez



Ney Suassuna

consecutiva. Contudo, para mim, a história de lutas do meu partido o credencia a continuar a merecer a confiança do eleitorado brasileiro - disse o senador.

Ney Suassuna comentou

também o editorial publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo* em que o PMDB é apontado como campeão da perda de espaço político e cujo desempenho é considerado "melancólico" em comparação ao de 1986.

- Ao se afastar de seu programa e passar a dedicar às questões internas grande parte da energia política anteriormente dedicada à formulação de propostas destinadas à solução dos temas sociais e econômicos, o PMDB foi se distanciando também do eleitorado - analisou o senador. - Mas

não me alio aos que vêm a história vitoriosa do PMDB apenas pela ótica do excepcional desempenho de 1986, apoiado no efêmero sucesso do Plano Cruzado.

Para Suassuna, o partido não pode ser avaliado somente pelo desempenho atual:

- O PMDB é muito maior do que o resultado de 86 e sua trajetória política possui consistência, historicamente embasada nas propostas que formulou ao longo da luta pela redemocratização e, nos anos recentes, em pleno período democrático, garantiu o senador.

Simon questiona conduta do governo

Em aparte ao discurso de Ney Suassuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a análise sobre o resultado das eleições municipais deve ser feita não apenas pelo PMDB, mas por todos os partidos.

- Em tese, todos os partidos deveriam fazer esta reflexão, inclusive o governo federal e o presidente Fernando Henrique Cardoso - disse o senador.

Pedro Simon pediu a transcrição nos anais do Senado da coluna do jornalista Clóvis Rossi, publicada ontem na *Folha de S. Paulo*, na qual, segundo o senador, está posto que "o governo não passa de uma casa de loucos". Conforme o texto, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, teria dito, pouco antes do primeiro turno das eleições municipais, que o prefeito de São

Paulo, Paulo Maluf, queria eleger Celso Pitta para continuar "assaltando os cofres públicos". E ainda, segundo a coluna, logo depois do primeiro turno, o ministro de Assuntos Políticos,

Luiz Carlos Santos, apresenta seu apoio à candidatura de Pitta.

- O Clóvis Rossi pergunta que governo é esse em que um ministro diz que Pitta vai assaltar os cofres públicos e vem outro que vai apoiá-lo - relatou Simon. - Está faltando seriedade por parte

desse governo.

Simon questionou a divulgação de notícias referentes à atuação de Celso Pitta quando era secretário de Fazenda de São Paulo e pediu informações com relação às operações financeiras realizadas pela prefeitura.

- Eu não vi até agora um ato mais grosseiro na minha vida política do que esse que o Banco Central fez com relação à candidatura do sr. Pitta. Eu nunca vi usar a máquina de

maneira tão imoral e indecente como aquela - disse o senador. - Deixar para publicar 72 horas antes das eleições que o sr. Pitta é um vigarista na prefeitura de São Paulo, isso é de uma imoralidade, de uma indecência, é feio. É o gesto mais grosseiro que eu me lembro de ter visto no governo. Surpreende-me que o governo moralista do PSDB tenha tido um ato como este, mas ele só está preocupado com a reeleição.

Epitácio Cafeteira (PPB-MA), por sua vez, concordou com o senador Pedro Simon e chamou a operação de uma tentativa de estelionato eleitoral.

- Eu estou, inclusive, com uma equipe de advogados examinando para ver como nós vamos processar o diretor do BC, Alkimir Moura. Nesta tentativa de estelionato eleitoral, pretendia-se a prefeitura de São Paulo. Porque acham que para ganhar o poder, vale tudo - afirmou o senador.

"Está faltando seriedade", na opinião do senador gaúcho

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C)

- 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C)

- 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) -

1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K

(Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Áudio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

BALANÇO DAS ELEIÇÕES

Tuma elogia Justiça Eleitoral pela "informatização da democracia"

O Brasil, afirma o senador, coloca-se na vanguarda política de um mundo em que a informação circula com a velocidade da luz

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) elogiou ontem a adoção do voto eletrônico no Brasil, dizendo-se protagonista e testemunha da realização de um sonho - "a informatização da democracia". Ele homenageou a Justiça Eleitoral referindo-se aos ministros Marco Aurélio Mendes de Farias Mello e Carlos Mário Velloso, presidente e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, estendendo também seus elogios aos que garantiram a liberdade e a ordem no primeiro turno das eleições municipais.

- Ao digitalizar a soberania popular nas eleições municipais da semana passada, o Brasil coloca-se na vanguarda política de um mundo em que a informação e o pensamento circulam com a velocidade da luz, fazendo hoje com que os povos mais



Romeu Tuma

arrojados progredam, em anos, naquilo que demorava séculos.

Conforme Tuma, sem sequer experimentar o estágio do voto mecânico, o Brasil saltou para a fase da urna eletrônica, "graças ao descortino, persistência e capacidade de nossa Justiça Eleitoral, que transformou o

Brasil em paradigma da modernidade na consulta popular". O senador informou que, em São Paulo, só 2,8% das urnas eletrônicas apresentaram problemas, o que ele considera plenamente satisfatório na próxima eleição.

Em apartes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM) disseram que, adotado o voto eletrônico, o Brasil agora precisa trilhar caminhos que reduzam a influência do poder econômico e garantam maior transparência dos candidatos na campanha eleitoral. "Depois do voto secreto e da cédula única, o voto eletrônico é a terceira grande revolução dentro da Justiça Eleitoral brasileira, mas ainda é preciso acabar com a influência do dinheiro nas eleições", disse Simon.



Gilberto Miranda

Miranda apóia adoção de micros por escola pública

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) considerou acertada a decisão do Ministério da Educação de reduzir o programa de informatização das escolas públicas. Segundo o senador, a atual meta de comprar e distribuir 100 mil micros é mais adequada à realidade brasileira e pode ser considerada como decisiva contribuição para a melhoria do ensino básico.

Gilberto Miranda explicou que o programa de informatização previa, antes, a distribuição de 300 mil computadores em 23 mil escolas, a um custo de meio bilhão de dólares, "sem suficientes precauções para a manutenção da rede e, sobretudo, o treinamento adequado dos professores".

Agora, entretanto, conforme o senador, o MEC irá distribuir apenas 100 mil micros divididos em cotas para os estados que comprovarem possuir um sistema eficaz de treinamento de professores e alunos, bem como de manutenção dos equipamentos.

- O ministro Paulo Renato, que dirige o MEC, deu mais uma prova da seriedade de suas intenções e do seu alto gabarito gerencial ao aperfeiçoar a concepção inicial do programa de informatização da rede pública de ensino básico - afirmou Gilberto Miranda.

TSE quer ampliar voto eletrônico

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou ontem seu apoio ao projeto de informatização do processo eleitoral brasileiro ao receber em seu gabinete o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello. Durante o encontro, o ministro apresentou a Sarney os resultados do pleito municipal realizado no dia 3 de outubro. O presidente do Congresso prometeu ao presidente do TSE que irá trabalhar junto à Comissão Mista de Orçamento no sentido de alocar os recursos necessários à ampliação do voto eletrônico pela Justiça Elei-

toral.

Segundo o ministro Marco Aurélio Mello, Sarney recomendou que ele contactasse, também, o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, para buscar seu apoio ao projeto de informatização eleitoral. O presidente do TSE disse que seu encontro com o deputado Luís Eduardo está sendo agendado. Mello pretende conseguir recursos da ordem de 100 milhões de reais, que, segundo sua avaliação, permitiriam implantar o voto eletrônico já nas eleições estaduais e nacional de 98.

Marco Aurélio relatou a Sarney os efeitos positivos da in-

formatização, seja pela redução dos votos nulos e brancos, seja pelo desenvolvimento do pleito municipal de 3 de outubro sem o registro de qualquer tipo de fraude. Os problemas com a operação das urnas eletrônicas, em sua maioria ocorridos por falta de melhor orientação dos mesários, deverão ser minimizados já no segundo turno que diversas capitais realizarão a 15 de novembro próximo, garantiu o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele quer, ainda, que os resultados sejam efetivamente conhecidos até o final do próprio dia da votação.

Credores não recebem Proagro, diz Mauro

Embora o presidente Fernando Henrique haja autorizado pagamento de indenizações devidas desde 1991, agricultores continuam "a ver navios", segundo o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou ontem que os agricultores beneficiados pela Medida Provisória 1.504/96, que autorizou o pagamento de indenizações do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), devidas desde 1991, "estão até hoje a ver navios". O parlamentar atribui essa situação "a uma parte resistente da burocracia federal, que precisa reorientar seu comportamento em benefício das camadas mais sofridas da população".

Conforme Mauro Miranda, o presidente Fernando



Mauro Miranda

Henrique Cardoso empenhou sua palavra na garantia de que os recursos para as indenizações estariam disponíveis até 30 de setembro passado.

- Empenhou a palavra e deu a ordem conseqüente às áreas econômicas do gover-

no. O compromisso pessoal foi assumido em encontro com lideranças partidárias no Congresso e, quatro meses depois, estamos constatando que o processo continua na estaca zero - afirmou o senador.

Segundo Mauro Miranda, a última informação que obteve sobre o pagamento dessas indenizações veio da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento e consiste na resposta de que não há fontes orçamentárias para liberar o crédito.

- Sou obrigado a insistir que no meio dessa rotina de

indecisões há uma ordem pessoal do presidente da República. Estou confiante de que meu alerta servirá para mobilizar o ministro do Planejamento na definição de uma solução para esse problema - disse Mauro.

Para o senador, os burocratas que embaraçam esse pagamento estão "longe de conhecer os dramas de pequenos e médios produtores rurais que aguardam as soluções do Proagro há cinco anos". Ele disse esperar que o presidente da República "devolva a confiança e a tranquilidade aos agricultores".

Odacir adverte: Lavoura de cacau precisa da Ceplac

O senador Odacir Soares (PFL-RO) manifestou ontem sua apreensão ante a possibilidade de a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) estar incluída na lista de empresas estatais, autarquias e órgãos públicos que, conforme notícias veiculadas pela imprensa, serão extintos pelo presidente da República em reunião ministerial programada para daqui a 15 dias.

Ele entende que, se isso vier a acontecer, a lavoura cacaueira do País ficará desamparada, com grande prejuízo não apenas para os estados produtores e para os milhares de trabalhadores que tiram dessa cultura o seu sustento, como também para o Brasil, que ganha com a exportação do produto.

Odacir Soares pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que, ao invés

de extinguir a empresa, "reexamine a situação da cacauicultura nacional e, sem perda de tempo, faça cumprir a recomendação de fortalecer e adequar o principal órgão governamental de apoio à lavoura", a Ceplac, conforme determina o Relatório da Comissão Interministerial do Cacau, "editado quando ele próprio era ministro da Fazenda, no governo Itamar Franco".

O senador trouxe à memória palavras do ex-presidente Ernesto Geisel quando, destacando a relevância do trabalho desempenhado pela comissão, disse que o Brasil seria mais feliz "se tivesse 20 ou 30 Ceplacs". Para Odacir Soares, os governos seguintes têm manifestado pouca compreensão com relação ao papel atribuído legalmente à instituição, "num setor e numa economia sujeita a enormes variações dos fatores produtivos".



Odacir defende apoio a produtores de cacau

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Osmar denuncia "mais um absurdo" na briga da aftosa

A proibição da entrada no Paraná de animais e carnes de suínos e bovinos, segundo o senador, foi uma decisão política do governo estadual que só agrava a crise da suinocultura

Para Amorim, falta base técnica ao "pacote ecológico"

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) criticou ontem a Medida Provisória nº 1.511 que determina o zoneamento ecológico e econômico do solo na Amazônia. Para ele, a MP ignora os estudos científicos realizados e estabeleceu uma regra única para toda a região.

- A medida não leva em conta a qualidade do solo, o tipo de ecossistema florestal ali existente, o tamanho da propriedade ou mesmo a situação sócio-cultural de sua população - disse Amorim. - Também não considera os demais programas de governo desenvolvidos na região nem a observação de critérios científicos para a gestão territorial.

Ernandes Amorim informou que, em conjunto com o senador José Bianco (PFL-RO) e com o governador de Rondônia, Valdir Raupp, teria formulado um acordo com o Ibama, estabelecendo um prazo até dezembro para a aplicação da MP no estado. Nesse período, Amorim pretende corrigir no Congresso Nacional as incongruências encontradas na medida apresentada pelo governo.

O senador registrou ainda o acontecimento, em Brasília, do 3º Congresso de Ecologia do Brasil, com duração até o próximo dia 11 e com presença de pesquisadores, estudantes e profissionais. Segundo ele, desde 1990, seu estado já realiza estudos de zoneamento agroflorestal, apoiado pelo Banco Mundial.



Amorim

"Mais um verdadeiro absurdo, que vai prejudicar o Paraná e o Brasil." Foi assim que o senador Osmar Dias (PR) qualificou ontem, em discurso, um decreto do governador do Paraná, a ser publicado hoje, proibindo a entrada no estado de animais e carnes de suínos e bovinos. A seu ver, a medida, anunciada como defesa do rebanho paranaense contra a febre aftosa, na verdade "foi uma decisão política, e não técnica, na briga do Paraná com Santa Catarina e o Rio Grande do Sul na história da febre aftosa", afirmou o senador.

- Esse decreto é a continuação de uma desastrosa portaria do Ministério da Agricultura, que proibiu há um mês a entrada de animais do Paraná em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Agora, o Paraná adota uma medida que é um verdadeiro tiro no pé. Quem sai perdendo são os suinocultores e pecuaristas de todo o País - afirmou Osmar Dias.

Conforme o senador, há uma sucessão de erros nessa história. Para ele, o correto seria



Osmar Dias

uma portaria do Ministério da Agricultura que proibisse a safra ou entrada de animais da região noroeste do Paraná, onde há um foco da doença. "A partir daí, se estabeleceriam barreiras num raio de proteção, o que não prejudicaria todos os produtores do estado."

A briga acontece num momento em que os produtores de suínos do País enfrentam os piores preços dos últimos anos, o que tem levado milhares de suinocultores a encerrarem suas atividades, por causa do baixo preço da carne. O senador criticou a atuação do que ele chamou de

"cartel dos grandes frigoríficos", por ter conseguido que a portaria do Ministério da Agricultura tirasse da proibição o tráfego de animais e carnes de produtores integrados, ou seja, produtores ligados a algum frigorífico. "Aos produtores independentes, a essa altura, não resta alternativa a não ser o encerramento de seus negócios." Osmar Dias lembrou que a crise da suinocultura brasileira, que empregava 500 mil pessoas, já demitiu cerca de 100 mil trabalhadores.

O senador paranaense também condenou o governo federal por permitir que os moinhos nacionais recusem o trigo brasileiro, dando preferência ao produto importado, mesmo que seu preço seja quase o dobro. O triticulador nacional não está conseguindo vender a saca "nem por 6 reais", mas os moinhos chegam a pagar até R\$ 12 por saca. Ele previu a total destruição da triticultura brasileira se o governo federal não agir imediatamente.



Romero Jucá



José Bonifácio

Senado aprova criação de duas escolas agrotécnicas federais

O plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de lei em que o Poder Executivo é autorizado a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, em Roraima, e a Escola Agrotécnica Federal de

Tocantinópolis, no Tocantins. O primeiro é de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), e o segundo, do senador José Bonifácio (PPB-TO).

O município de Alto Alegre, conforme justificou Romero

Jucá em seu projeto, é predominantemente agrícola, mas tem condições precárias de produtividade, baseadas em técnicas ultrapassadas e de uso predatório do solo. A implantação de uma escola agrotécnica, como a proposta, deverá reverter essa situação.

A Escola Agrotécnica de Tocantinópolis, por sua vez, deverá fornecer cursos de nível médio profissionalizante em agricultura e pecuária. O objetivo, na justificativa do senador José Bonifácio, é aprimorar o nível da mão-de-obra da região, com a formação de técnicos especializados em agricultura e pecuária.

Os dois projetos serão encaminhados à Câmara dos Deputados.

Valmir pede maior atenção à criança

Concentração da renda, segundo o senador, traz como consequência o atual quadro de abandono em que se encontram os menores, fora da escola e obrigados a trabalhar

O líder do PTB no Senado, Valmir Campelo (DF), disse ontem que a concentração de renda no Brasil leva milhares de crianças e adolescentes a deixarem as escolas e entrarem no mercado de trabalho. Ele ressaltou que a economia brasileira vem atingindo os seus objetivos em relação à estabilização, mas que as questões sociais, principalmente aquelas relacionadas aos menores, não vêm conseguindo os mesmos resultados.

DIA DA CRIANÇA

- Quem sabe seria hora de comemorarmos o Dia da Criança com amplo, verdadeiro e abrangente programa de distribuição de renda e de geração de empregos, para que todo pai de família pudesse garantir o sustento e a educação de seus filhos - disse Valmir. - Acredito que todos nós concordamos que o abandono da criança brasileira é consequência da perversa e escandalosa concentração de renda.

Segundo o senador, o

último levantamento realizado pelo IBGE mostra que 42% dos menores que moram na área rural estão no mercado de trabalho. No setor urbano, esse percentual pode alcançar 24%.

SUBEMPREGO

- Lamentavelmente, essa é a realidade da criança em nosso País. Ao invés de estarem na escola, estudando e se preparando para a vida,



Valmir Campelo

esse imenso contingente de pequenos brasileiros ocupa subempregos no campo e nas grandes cidades - afirmou o se-

nador.

ESTARDALHAÇO

Para Valmir Campelo, os movimentos sociais e programas governamentais defendendo os direitos da criança surgem todos os dias, mas sem nenhuma eficácia.

- Essas entidades são criadas a todo momento com estardalhaço e marketing muito maiores do que a ação e os resultados.

Pesar pela morte de Felipe Gomes

O Senado aprovou ontem a inscrição de voto de pesar nos anais da Casa e o envio de condolências à família de Felipe Tiago Gomes, presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). O requerimento foi apresentado pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

- É uma perda irreparável, pois não vislumbro ninguém capaz de subs-

tituí-lo - registrou José Sarney.

O presidente do Senado relatou que há 49 anos acompanhou Felipe Tiago Gomes na fundação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no estado do Maranhão, entidade que mais tarde se transformaria na CNEC. Entre os milhares de estudantes que tiveram acesso ao qualificado ensino dos educandários, Sarney destacou o hoje senador Renan Calheiros.

Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Hugo Napoleão (PFL-PI), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Francelino Pereira (PFL-MG) também ressaltaram a importância de Felipe Gomes para a educação do País.

O plenário aprovou outro voto de pesar, requerido pelo senador Humberto Lucena, pela morte de Natércio Dutra de Medeiros, empresário de João Pessoa.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA, BELLO PARGA, ROMEU TUMA E LÚCIO ALCÂNTARA E PELA SENADORA BENEDITA DA SILVA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalure e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal